

*Sob as asas da águia: os escritos de Dunshee de Abranches e o discurso germanófilo no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1917).*

*Under the eagle's wings: Dunshee de Abranches writings and the germanophile speech in Brazil during First World War (1914-1917).*



por Livia Claro Pires\*

Recibido: 20/9/2018 - Aprobado: 20/2/2019

**Resumo**

A Grande Guerra foi um dos fenômenos mais importantes do século XX, e seu impacto se sentiu em diferentes regiões do mundo. No entanto, apenas recentemente a América Latina foi incluída na historiografia sobre o conflito centenário. Este ensaio examinará o impacto da Primeira Guerra Mundial entre os intelectuais do Brasil através dos documentos e discursos de Dunshee de Abranches, representante federal no Congresso Nacional. Durante os eventos da guerra, a maioria dos intelectuais brasileiros apoiou os Aliados. Em vez disso, Abranches se apegou a ideias em favor do Império Alemão. Ele geralmente justificava suas ações argumentando que falava em nome da nação brasileira, demonstrando os pensamentos heterogêneos sobre a guerra que ocorreu nos países da América Latina. Este artigo estudará o trabalho intelectual de Dunshee de Abranches sobre a Grande Guerra, considerando as razões apresentadas para que o Brasil

\* CAB



apoiasse aquele país, e os pensamentos nacionalistas por trás de suas análises da guerra.

**Palabras Clave:** Primeira Guerra Mundial; América Latina; Brasil; intelectuais; Dunshee de Abranches.

### Resumen

La Gran Guerra fue uno de los fenómenos más importantes del siglo XX, y su impacto se sintió en diferentes regiones del mundo. Sin embargo, recientemente América Latina ha sido incluida en los estudios de historiografía sobre el centenario conflicto. Este ensayo examinará el impacto de la Primera Guerra Mundial entre los intelectuales de Brasil a través de los documentos y discursos de Dunshee de Abranches, representante federal en el Congreso Nacional. A lo largo de los acontecimientos bélicos, la mayoría de los intelectuales brasileños apoyaron a los Aliados. En cambio, Abranches se aferraba a ideas a favor del Imperio alemán. Usualmente justificaba sus acciones argumentando que hablaba en nombre de la nación brasileña, demostrando los pensamientos heterogéneos sobre la guerra que tuvo lugar en los países de América Latina. Este artículo estudiará el trabajo intelectual de Dunshee de Abranches sobre la Gran Guerra, considerando sus defensas en Alemania, las razones que expuso para Brasil apoyar en ése país y los pensamientos nacionalistas detrás de sus análisis de la guerra.

**Palabras clave:** Primera Guerra Mundial; America Latina; Brasil; intelectuales; Dunshee de Abranches.

### Abstract

The Great War was one of the most important phenomenon of the XXth



century, and its impact was felt on different regions of the world. However, just recently Latin America has been included on the historiography studies concerning the centenary conflict. This essay will examine the impact of the First World War among Brazilian intellectuals through the papers and speeches held by Dunshee de Abranches, federal representative in the National Congress. Throughout the belligerent events, most of Brazilian intellectuals had supported the Allies. Instead Abranches had fervently spoken in favour of the German Empire. He usually justified his actions arguing that he was speaking in the name of the Brazilian nation, demonstrating the heterogeneous thoughts about war that took place on Latin American countries. This article will study Dunshee de Abranches intellectual work about the Great War, considering his defences on Germany, the reasons he had exposed for Brazilian support that country and the nationalist thoughts behind his analyses of the war.

**Key words:** First World War; Latin America; Brazil; intellectuals; Dunshee de Abranches..

### Introdução

Nos últimos 30 anos, os estudos acerca da guerra têm sofrido importantes mudanças. Outrora campo restrito da análise da atuação dos grandes estadistas, das decisões dos altos comandos e da movimentação das forças armadas, a guerra, enquanto objeto de estudo, rendeu-se às influências teórico-metodológicas da história social, cultural e da nova história política. Por conseguinte, as contribuições epistemológicas destes domínios da historiografia permitiram que os exames sobre os conflitos bélicos saíssem dos campos de batalhas e dos gabinetes oficiais, e adentrassem o cotidiano daqueles impactados pelo confronto em suas diversas matizes. Outrossim, admitiu que as guerras desdobram-se para locais ausentes do



centro das decisões políticas e das consequências imediatas, percebendo implicações outrora negligenciadas pelos estudos tradicionais.

Nesse âmbito, é possível entender a inclusão da América Latina nos exames recentes sobre a Grande Guerra de 1914. A partir da segunda década do século XXI, novos capítulos da historiografia sobre os desdobramentos do conflito na sub-região têm sido escritos. Obras apoiadas na perspectiva comparativa e transnacional, como as de Stefan Rinke e Olivier Compagnon, ou investigações mais específicas, como as de María Inéz Tato acerca das manifestações pró-Alemanha na Argentina, compõem diversos olhares sobre o tema. Estas e outras pesquisas comprovam que, embora distante das trincheiras, os latino-americanos sofreram as amarguras dos tiros dos obuses, metralhadoras e canhões.

A declaração inicial de neutralidade não foi suficiente para manter os Estados latino-americanos imunes aos meandros políticos da guerra. Desde o alvorecer dos enfrentamentos militares, em agosto de 1914, representantes diplomáticos dos beligerantes acionaram os ministérios das relações exteriores daqueles países com requisições, que muitas vezes se confundiam com exigências; restrições comerciais que se transformavam em complicados imbróglios com os grupos mercantis; e mesmo atos de guerra que feriam os brios da nacionalidade e tiravam o sono dos ministros. A conflagração, a princípio tomada por questão exclusivamente europeia, progressivamente tornou-se pauta de reuniões de cúpula governamentais e discutida intensamente por aqueles que a acompanhavam externamente aos círculos de poder estatais.

Graças à agilidade dos meios de comunicação da primeira década do século XX, as notícias que chegavam dos *fronts* permitiram aos latino-americanos criarem representações próprias a respeito do conflito que dilacerava o continente outrora alvo de tantas apreciações, sobretudo por parte de sua elite letrada. Esta não tardou a construir suas reflexões acer-



ca daquele evento, e absorver seu impacto de acordo com suas realidades específicas. Tal permite inferir que a Primeira Guerra não foi apenas um acontecimento distante da realidade daquelas sociedades, que apenas ao longe ouviam os ecos das batalhas por manchetes de jornais ou pelas inflações que enfrentavam no seu dia a dia.

Afinal, considerando as particularidades de cada país latino-americano e de cada região do globo que sentiu os efeitos da Grande Guerra, esta pode se aproximar do que foi definido por uma conflagração transnacional. “Por todas as partes ou quase”, afirma Olivier Compagnon, “o conflito deixou intocáveis marcas e impregnou de maneira perene os ‘teatros de memória’.”<sup>1</sup> Diferentes atores em diversos contextos se viram afetados de forma variada, porém irreversível, pelo ocorrido naquele quadriênio. Não houve, por certo, impassibilidade diante do evento, e, no Brasil, não foi diferente.

### **O Brasil no raiar do novo século**

As primeiras décadas do século XX surpreenderam a República brasileira em um processo duplo de afirmação e transformação. Novato entre as repúblicas americanas, o novo regime buscava consolidar-se após 67 anos de monarquia, cumprindo a promessa de retirar a poeira monárquica das instituições políticas, e erradicar práticas consideradas condizentes com o tempo dos imperadores, mas não com o dos presidentes. Afinal, a República inauguraria uma nova era da vida nacional, ou, ao menos, era essa a afirmação dos seus ardorosos defensores frente aos brasileiros e brasileiras que viram seu popular monarca deixar o país na chuvosa madrugada de 17 de novembro de 1889, e, sobretudo, aos que ainda teimavam em defender o antigo regime.

<sup>1</sup> Compagnon, O. (2014). *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 14.



Dessa maneira, colocar o Brasil nos trilhos do novo século que se inaugurava tornou-se um projeto deveras pertinente para a implume República. A modernização e seus ideais civilizatórios foram abraçados com entusiasmo pelos dirigentes dos governos que sucederam aos marechais.<sup>2</sup> Picaretas derrubavam antigos edifícios e alargavam ruas nas principais cidades do país, como se desbravassem um novo mundo. Sob a poeira das novas construções, o passado colonial, escravista e monárquico que se queria a todo custo apagar. Bondes elétricos, teatros de revista e confeitarias à moda parisiense tentavam moldar a face urbana brasileira, enquanto as práticas culturais de raiz africana e indígena – e seus herdeiros – eram escondidas nos subúrbios e no interior dos estados, e sistematicamente renegadas pelas elites que tentavam a todo custo expor seu verniz de civilizadas<sup>3</sup>.

Deste processo de transmutação, aprofundou-se o fosso que separava esses grupos sociais. Excluídos da marcha progressista da modernidade, os grupos populares eram tolhidos em sua prática da cidadania por uma elite voraz por assimilar-se aos moldes civilizatórios importados da Europa, sobretudo da Alemanha, da França e da Inglaterra. Esses três países com-

<sup>2</sup> O golpe que retirara o monarca D. Pedro II do trono teve o exército brasileiro como seu principal executor, no dia 15 de novembro de 1889. Dessa forma, os militares puseram-se à frente do governo do país por cinco anos, impondo sua visão particular do que deveria ser esta nova fase política: uma ditadura de inspiração positivista, com um poder executivo centralizador. Os homens de farda enfrentaram a forte concorrência das elites proprietárias do centro-sul, com seu modelo liberal e federalista. Após duas revoltas que ameaçaram a integridade política e territorial brasileira, e uma constituição liberal aprovada em assembleia, o marechal Floriano Peixoto cedeu a vez na cadeira presidencial para Prudente de Moraes, primeiro civil eleito em eleições diretas e inaugurador dos governos liberais e oligarcas que deram o tom da República brasileira até 1930.

<sup>3</sup> A parcela mais atingida pelas políticas modernizantes encampadas pelo Estado brasileiro foi a população negra e indígena. Os primeiros aliados da sociedade desde a forma limitada como foi realizada a abolição, sem qualquer tipo de auxílio ou iniciativa de inclusão para os africanos libertos e seus descendentes, nem mesmo para a população negra livre anterior a lei de 13 de maio de 1888. Já os segundos eram tratados como peças exóticas no quadro social brasileiro, reminiscentes dos primeiros habitantes do território, sem terem reconhecidos qualquer direito enquanto cidadãos. Ambos tiveram inúmeras práticas culturais criminalizadas em nome da civilização, bem como suas moradias e locais de circulação destruídos em nome do progresso.



punham a santíssima trindade para a elite brasileira, que almejavam o gênio tecnológico alemão, a sofisticação das artes francesas e a potência política inglesa. Qual não foi a surpresa que tiveram esses fiéis admiradores ao verem seus campeões dilacerarem-se uns aos outros, e acusarem-se mutuamente na guerra iniciada em agosto de 1914.

Aos primeiros tiros de metralhadoras e explosões de granadas, seguiram-se expressões de desapontamento e choque com o rumo tomado pelo progresso da humanidade. As páginas da imprensa brasileira – esta também repaginada, escondendo as opiniões e panfletagens de seus editores e corporações sob ares de pretensa imparcialidade, do profissionalismo e da gestão capitalista – foram o local privilegiado pelo escol letrado das capitais pronunciarem-se sobre o militarismo excessivo e o imperialismo contumaz que arrastaram, a seu ver, a Europa para um conflito fratricida. Mas, por detrás de um aparente distanciamento, emergiam já nas primeiras horas as demonstrações de favoritismo por este ou aquele combatente, e, por sua vez, as elucubrações acerca dos responsáveis pela situação de beligerância na qual se encontrava o continente. Assim sendo, a intelectualidade brasileira afastava-se do apelo feito pelo tradicional *Jornal do Comércio*, ao tornar público o decreto 11.037, no qual o presidente Hermes da Fonseca instituía a neutralidade do Brasil perante a guerra:

É dever dos bons patriotas secundar lealmente a ação dos poderes públicos, guiando-os e prestigiando-os, para que o mal seja, tanto possível, atenuado. Mais do que nunca, precisamos hoje de calma, ponderação, patriotismo. [...] A ocasião é menos oportuna para explosões partidárias. É mister que nos congreguemos lealmente, envidando esforços para o bem do país neste momento aflitivo para o Universo inteiro, pois a guerra europeia acarreta a anarquização de todos os mercados e desmoronamento das mais sólidas iniciativas mercantis e industriais, comprometendo por toda a parte, o capital e o trabalho.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> *Jornal do Comércio* (1914). “A repercussão da guerra no Brasil”. Rio de Janeiro, 5/8.



## Em defesa da latinidade

Das primeiras impressões sobre a guerra, seguiram-se os posicionamentos sobre os personagens envolvidos nos atos de beligerância. Na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, parte significativa dos homens de letras elegeram os Aliados como seus campeões. Romancistas, poetas, jornalistas, dramaturgos e outros intelectuais que circulavam na pretensa “Paris dos trópicos” optaram por esperar que a vitória viesse sob a bandeira da França, da Grã-Bretanha e da Rússia<sup>5</sup>. Não era apenas uma questão de almejar um desfecho favorável àqueles que foram escolhidos como preferidos entre um rol de opções: os chamados *aliadófilos* olharam sob a ótica destes combatentes os acontecimentos que se desenvolveram até a assinatura do Tratado de Versalhes.

De acordo com esta perspectiva, a guerra fora provocada pelo Império Alemão, como etapa definitiva para a conquista política e econômica do mundo. Para os apoiadores da Entente, o conflito iniciado em 1914 era fruto da verve imperialista e militarista dos germânicos, que tentaram aposar-se pelas armas daquilo que não conseguiram por vias pacíficas. Os próprios elementos da *Kultur*, segundo argumentavam, teriam estimulado os atos de guerra de um povo atido à violência, e desejoso de eliminar a rival maior desde tempos remotos, a *civilization* francesa<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Para a categorização dos intelectuais, utiliza-se a definição apresentada por Jean-François Sirinelli, segundo a qual tais indivíduos, detentores de considerável influência sobre a sociedade, são por ela consultados em momentos relevantes. Suas ideias e elucidações possuem credibilidade diante da comunidade, estando em constante proeminência. Ver Sirinelli, J. (1997). “Os intelectuais” em Rémond, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 231-269.

<sup>6</sup> Os *aliadófilos* brasileiros não foram os únicos defensores da Entente a lançarem mão destes argumentos na América Latina. Argentinos simpatizantes dos Aliados também se serviram da ideia de uma luta entre civilização e barbárie, e da representação da França como a paladina dos latinos. Segundo Olivier Compagnon, tal qual entre os brasileiros, a influência cultural francesa sobre o meio letrado argentino contribuiu para moldar suas perspectivas acerca da beligerância. Ver Compagnon, *O adeus à Europa, op. cit.*, pp. 82-94.





Havia nesta explicação uma interpretação histórica e cíclica, dos eventos que se desdobraram no limiar do século XX. Para os *aliadófilos* abançados no Rio de Janeiro, a Grande Guerra remontava a um conflito muito anterior a si mesma: resgatava a rivalidade entre greco-romanos e germânicos. Como os reinos teutônicos outrora destruíram Roma por não conseguirem suplantar sua superioridade cultural, o Império Alemão avançava sobre a França, herdeira maior daquela civilização, como que para cumprir a antiga sina. Ao menos, assim acreditavam os apoiadores brasileiros de franceses e ingleses no conflito das trincheiras, que viam não uma disputa político-econômica entre países europeus, mas uma questão de vida ou de morte de uma cultura, da qual eles também se sentiam como parte integrante.

No Brasil, nenhuma iniciativa de apoio à Entente foi tão eficaz na afirmação e propagação desse discurso quanto a Liga Brasileira pelos Aliados. Fundada na então capital federal, no mês de março de 1915, por personagens proeminentes da cena literária nacional, incorporou a missão de conquistar a opinião pública brasileira para o que chamou de “causa aliada”. Os esforços da Liga para atingir seus objetivos incluíam enormes festas beneficentes para arrecadar doações aos corpos de guerra, exposições de arte, recitais e apresentações musicais. Além dos eventos sociais, a associação marcou sua presença nas páginas da imprensa da cidade, com artigos que exprimiam sua missão particular sobre o conflito, bem como o papel que cabia ao país naquele cenário. Afirmavam que a missão encabeçada por franceses e ingleses de defenderem o restante do mundo da conquista e opressão alemães merecia a atenção de brasileiros e brasileiras, que tinham o dever moral de porem-se ao lado da “justiça e da razão”<sup>7</sup>. Longeva, a Liga pelos Aliados somente se desfez em 1919, após

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio* (1915). “Liga Brasileira pelos Aliados”. Rio de Janeiro, 18/3.



a assinatura do Tratado de Versalhes e a construção de um discurso que buscou tornar a guerra de 1914 um interesse nacional<sup>8</sup>.

Nota-se que foram os partidários da Tríplice Entente os que ganharam maior notoriedade entre aqueles que, em terras brasileiras, comentavam e analisavam o conflito. Tantos anos de admiração aos franceses, com seus circuitos literários, exposições de arte e cafeterias fervilhantes, cobraram seu preço quando o país de Marienne se bateu contra a águia germânica. No entanto, apesar de ter conquistado para a sua “causa” grande parte dos corações tupiniquins, a França, bem como sua aliada britânica, não arrebatou a todos.

### Um esquivo admirador

Embora a historiografia tradicional tenha reiterado o apoio quase irrestrito de brasileiros e brasileiras à Tríplice Entente durante a Primeira Guerra Mundial, tal afirmação atualmente soa equivocada<sup>9</sup>. A ampliação dos estudos a respeito dos efeitos da guerra no Brasil mostra que o favoritismo pela campanha deste bloco de combatentes não significou uma homogeneidade de opiniões: no grupo que mereceu carregar o radical “filó” em seu nome, indicativo de amizade, havia os *germanófilos*; dos que se abstiveram de simpatias, e observavam a conflagração sem eleger prediletos, havia os neutrais. Houve, por certo, muita divergência entre opiniões dis-

<sup>8</sup> Sobre a Liga Brasileira pelos Aliados e sua atuação nos anos da Grande Guerra, ver Pires, L. (2013). *Intelectuais nas trincheiras: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial*. Dissertação de mestrado em História Política. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> A Grande Guerra apareceu na historiografia brasileira até os anos de 1980 de forma tangencial e limitada. A diversidade de interpretações sobre a beligerância foi ora negligenciada, como na clássica obra de José Maria Bello, *História da República*, ora reduzida a um coro de poucas vozes dissidentes à aliadofilia dominante, como atestou Nelson Werneck Sodré, em sua igualmente relevante *História da Imprensa no Brasil*. Atualmente, uma nova geração de historiadores do país tem evidenciado em artigos e teses a ampla gama de representações e reações ao conflito, como Luciana Fagundes, Cristiano Enrique de Brum e André Cândido da Silva. Contudo, um exame mais aprofundado acerca dos discursos em prol da Alemanha entre os brasileiros ainda está por ser realizado.



tintas e, muitas vezes, contrárias. No embate de ideias, os partidários dos Impérios Centrais, apesar de não possuírem tantas adesões quanto os *aliadófilos*, não foram menos incisivos em seus posicionamentos.

Fincaram posição em torno da *Vierbund*, sobretudo, médicos, juristas, militares, e cientistas de diferentes áreas de conhecimento. Relativamente afastados das áreas das letras, encontravam-se espalhados pelo território nacional, não estando restritos exclusivamente aos estados do sul do Brasil, com sua concentração de colônias de imigrantes teutônicos. Já a estranha alcunha – *germanófilo* – indica de pronto que as simpatias tinham um destino específico, não abrangendo o Império Austro-Húngaro, a Bulgária, tampouco o Império Turco-Otomano. Eram os alemães o alvo da solidariedade daquela parcela de brasileiros e brasileiras, atraídos pelos avanços políticos, econômicos e tecnológicos conquistados pelo reinado dos Hohenzollern dentro do continente europeu.

A profunda admiração pelo desenvolvimento germânico inspirou o maranhense Dunshee de Abranches a empreender tenaz defesa deste país no Brasil durante os anos da guerra. O político maranhense e eminente figura da imprensa nacional foi uma das principais vozes que, na capital federal, se opuseram aos Aliados e secundaram as ações do Império Alemão nas zonas de conflito<sup>10</sup>. Na tribuna do Congresso Nacional ou nos livretos distribuídos em várias partes do território, Dunshee criou uma narrativa específica do conflito e uma análise particular dos seus desdobramentos para o Brasil.

Seu destaque se dá em vista da construção bibliográfica relativamente extensa a respeito da guerra. Entre 1915 e 1929, publicou 14 livros nos

<sup>10</sup> João Dunshee de Abranches Moura nasceu no estado do Maranhão, em 1868. Filho de família ilustre, estudou medicina, direito e atuou como funcionário público na capital federal. Teve proeminente atuação no mundo das letras, com inúmeras obras publicadas, e marcante presença na construção do jornalismo profissional que se estruturava no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ocupou o cargo de presidente da Associação Brasileira de Imprensa, além de ter integrado redações de relevantes jornais do período. Ocupou a cadeira de deputado federal de 1905 a 1917.



quais se debruçou sobre a conflagração, e seus efeitos sobre a política interna e externa brasileira<sup>11</sup>. Suas publicações cobriram cada momento passado pelo Brasil com a aproximação dos reveses do conflito, da neutralidade à declaração de guerra aos Impérios Centrais, em outubro de 1917. Em seus exames sobre a guerra, a exaltação da Alemanha encontrava-se invariavelmente presente, bem como a defesa frente às inúmeras acusações que pesaram contra o país nos anos de beligerância. A retórica estampada nas publicações era frequentemente acompanhada, ou mesmo antecedida, por ações perpetradas por Dunshee, investido no cargo de deputado federal pelo Maranhão desde 1905, dado que igualmente o ressalta entre os demais: não era um articulista, ou homem das letras que se lançava à defesa apaixonada de um dos blocos de combatentes nas páginas da imprensa, mas um representante do Estado brasileiro, que soube utilizar alguns dos mecanismos institucionais à sua disposição para visibilizar sua opinião.

Foi como congressista que a voz de Dunshee se ergueu em setembro de 1914 para expor sua perspectiva a respeito da guerra pela primeira vez. Após fazer um retrospecto da política europeia empreendida no século XIX, e constatar que o continente encontrava-se abalado por uma crise social, derivado de uma opressora política das nacionalidades, o orador iniciou sua análise sobre o conflito em si, que terminaria por se tornar uma ode aos alemães. Os elogios foram tecidos à “campanha patriótica e habilíssima” empreendida por Otto von Bismarck na fundação do Estado germânico, passando pelos predicados econômicos do país que, em menos de 40 anos, tornara-se uma potência capaz de embaralhar as peças do xadrez político mundial<sup>12</sup>. A guerra seria, na sua interpretação, uma última

<sup>11</sup> Dentre as obras publicadas pelo deputado conflito estão: “A conflagração europeia e suas causas”; “Em torno de um discurso: por que devemos ser amigos da Alemanha”; “A Inglaterra e a soberania do Brasil”; “A Black List e o projeto Dunshee”; “A ilusão brasileira”; e “O Tratado de Versalhes e os alemães no Brasil”.

<sup>12</sup> Além da expressa admiração pela prática política do Reich, Dunshee manifestou elogiosas opiniões sobre diversos outros aspectos daquele país. A legislação trabalhista;



cartada dos países ameaçados pelo poderio alemão de liquidar tão forte concorrente. Afirmou:

E seria ridículo, ou o que é mais grave, seria uma loucura que a Europa se atirasse além-mar a uma aventura arriscada quando, dentro de casa, ainda possuía o maior inimigo da sua tranquilidade interior e do seu próprio equilíbrio político.../Surgiu logo a Tríplice Entente. A França, como latina, apoderou-se-lhe pressaga do coração; a Rússia ficou sendo o braço vingador; a Grã-Bretanha, como sempre em tudo, o cérebro.../O perigo alemão tornou-se o sucedâneo do perigo americano. A paz armada tocara a pletora [...] A Alemanha, enfim, com a Áustria a ilharga, sentia-se a única desde já aparelhada para entrar em combate. Por que havia, pois, de vacilar o Kaiser? Surgira a questão sérvia... Chegara o momento... Precipitou-se a guerra...<sup>13</sup>

Estava forjada naquele instante a tese que Dunshee de Abranches defenderia em todos os seus exames sobre a Grande Guerra: a de que a Grã-Bretanha, secundada pela França, lançou-se às armas para suplantar o antagonismo político e econômico do Reich. Para Dunshee, a Alemanha pusera em xeque a hegemonia comercial exercida com tranquilidade até aquele momento pelos britânicos, que reagiram militarmente diante do que não conseguiram findar por vias econômicas. Dessa forma, o deputado rejeitava de pronto as explicações dadas pelos *aliadófilos*, segundo as quais a guerra era um embate cultural entre germânicos e latinos, e cuja responsabilidade pesava exclusivamente sobre os súditos de Guilherme II.

As afirmações de Dunshee sobre a guerra não passaram incólumes pelo *métier* intelectual fluminense, que majoritariamente apoiava a Entente. Além de ganhar a alcunha de *germanófilo*, o deputado viu-se envolto em uma grande polêmica e teve de lidar com a acusação de ter ferido a neutralidade brasileira e agido de encontro ao decoro esperado pelo cargo que ocupava<sup>14</sup>. Pressionado, renunciou à posição de presiden-

os avanços científicos e tecnológicos; a organização social, financeira e comercial; o sistema educativo foram exaltados pelo deputado. Abranches, D. (1915). *A conflagração europeia e suas causas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio.

<sup>13</sup> *Ibid.*, pp. 65-66.

<sup>14</sup> Alguns jornais do Rio de Janeiro teceram severas críticas ao gesto do deputado. A



te da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados e, a partir de então, preocupou-se em entremear suas análises sobre o conflito com a autodefesa de cada palavra dita em 1914<sup>15</sup>.

Naquele mesmo ano, ao conceder entrevista para o jornal *O Comércio de S. Paulo*, o deputado negou a *germanofilia* que lhe era atribuída. Nas suas palavras, sua manifestação no parlamento não fora em defesa da Alemanha, mas, sim, em sua honra. E se houve incompreensão inicial do seu gesto, isso se deveu à reação desmedida dos partidários da Entente, que, segundo ele, “fez com que, na primeira hora, todo o mundo imaginasse que, de fato, eu subira à tribuna e, em esgares acadêmicos, desancasse os beligerantes germanófobos, batendo palmas pela vitória da Alemanha e da Áustria”<sup>16</sup>. Para o deputado, as paixões franco-belgas que permeavam os corredores da Câmara, e antipatias pessoais contra a sua figura, transformaram um gesto patriótico, em um ato pró-Alemanha<sup>17</sup>.

### Um patriota

Em outubro de 1914, Dunshee de Abranches concedeu uma entrevista

folha *O Imparcial*, no dia 29 de setembro de 1914, publicou editorial acusando-o de ser leviano em suas afirmações, de arriscar o equilíbrio interno do Brasil, já que o país abrigava grande número de imigrantes alemães, e de desvirtuar a natureza das relações diplomáticas do país que, “por considerações de raça e cultura” era preso à França, e tinha na Inglaterra uma aliada histórica. Ver *O Imparcial* (1914). “O gesto do Sr. Dunshee”. Rio de Janeiro, 28/9. No mesmo dia, a nota veiculada no jornal *A Noite*, dando conta da renúncia do deputado ao cargo de presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, insinuava ainda que o discurso teve a aprovação do ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, posto em constante desconfiança pelos *aliadófilos* por sua ascendência alemã. Ver *A Noite* (1914). “Ecos e novidades”. Rio de Janeiro, 28/9.

<sup>15</sup> Mas não foram apenas espinhos que o legislador colheu: em 1915, seu discurso foi publicado em livreto sob o título “A conflagração europeia e suas causas”, ganhou traduções para o inglês e o alemão, e até 1916 contava com 10 edições. A fala no parlamento brasileiro catapultou sua imagem no cenário nacional como um analista da guerra.

<sup>16</sup> Abranches, D. (1914). *Em torno de um discurso: por que devemos ser amigos da Alemanha?* Rio de Janeiro: Tipografia, Litografia e Papelaria de Almeida Marques & C., p. 72.

<sup>17</sup> Em franca contradição com o que o Dunshee afirmava, a publicação na qual continha a entrevista recebeu o revelador subtítulo “Por que devemos ser amigos da Alemanha?”.



ao jornal paulista *O Comércio de São Paulo*, repercutindo o discurso na Câmara. Após as perguntas ao deputado sobre a sua atitude no mês anterior, o entrevistador encerrou sua conversa com a seguinte conclusão: “E assim se expressando, deu o Deputado Dunshee de Abranches por finda a interessante entrevista que textualmente deixamos assim redigida e em que ainda uma vez patenteou o seu intransigente espírito germanófilo.”<sup>18</sup> A fina ironia do repórter expôs a contumaz negativa de Dunshee em se identificar como *germanófilo*: a mola propulsora de seus atos seria, segundo o próprio, a justiça para com um aliado do Brasil e a obrigação patriótica para com o seu país. Os interesses brasileiros eram sempre alegadamente postos em primeiro plano, tentativa, quiçá, de legitimação de um discurso frente aos seus pares políticos e intelectuais, que, em sua maioria, bradavam a favor do lado oposto da trincheira.

As justificações apresentadas pelo parlamentar inserem-se no panorama intelectual e político da Primeira República. Havia uma preocupação tanto entre homens de Estado, quanto entre homens das letras, em sedimentar a identidade nacional brasileira, tornando o pensamento nacionalista elemento imanente às reflexões do período. Estabelecer uma definição acerca das dimensões históricas, culturais e sociais do Brasil, calcadas na perspectiva do republicanismo e na expectativa de um futuro glorioso a ser alcançado pelo conjunto da nação, esteve na ordem do dia das diferentes produções intelectuais e das ações políticas. Estas forjaram múltiplas respostas ao enigma “Brasil”, e, por sua vez, não ficaram à margem dos debates sobre a guerra. As reflexões sobre o conflito não se encerravam sobre o evento, mas continham as marcas indeléveis dos nacionalismos que permeavam os anos 1900 e 1910<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Abranches, *Em torno de um discurso*, *op. cit.*, p. 80.

<sup>19</sup> A tese desenvolvida por Olivier Compagnon, por sua vez, defende o impacto que Grande Guerra teve sobre esses pensamentos nacionalistas no Brasil, e também na Argentina. O historiador francês alegou que o conflito modificou as bases dos nacionalis-



Figura inerente às duas esferas, o deputado propôs e defendeu, entre julho e agosto de 1916, um projeto de lei na Câmara dos Deputados, conhecido como “projeto Dunshee”. Nele, o congressista tentou estabelecer uma punição a diplomatas e particulares que tentassem constranger comerciantes brasileiros em função da guerra, e prejudicassem as relações comerciais brasileiras com quaisquer dos beligerantes. Era uma clara reação a Black List britânica que, àquela altura da guerra, já havia tolhido as negociações de inúmeras casas comerciais brasileiras, fosse com beligerantes, fosse com neutros<sup>20</sup>.

Embora o projeto apresentado no Congresso tivesse a autoria de outros parlamentares, nos argumentos do texto constavam pareceres caros ao discurso tecido por Dunshee de Abranches desde 1914<sup>21</sup>. Sendo assim, os quatro artigos eram propostos sob o ardo de ter a conflagração uma motivação e uma finalidade puramente comercial e mercantil, “pela posse, conservação ou reconquista de mercados, perdidos uns de súbito e outros longamente cobiçados”<sup>22</sup>.

E, por conseguinte, eram os britânicos os únicos mencionados nominalmente no texto, acusados de cercearem não apenas a liberdade de comér-

mos daqueles dois países, estabelecendo novas diretrizes para as reflexões acerca da comunidade nacional. Ver Compagnon, *O adeus à Europa, op. cit.*

<sup>20</sup> Segundo Francisco Vinhosa, o comércio exterior brasileiro foi profundamente afetado pela Black List criada pela Grã-Bretanha, privado dos seus principais mercados consumidores nas tentativas de Londres em isolar os Impérios Centrais. No Brasil, a Black List prestou-se também a coibir o alcance da propaganda alemã. Constavam na listagem, em 1916, a Deutsche Sudamerikanische Telegraphen-Gesellschaft do Rio de Janeiro, e a Empresa Gráfica Rio-Grandense, responsável por imprimir o jornal “O Diário”, na cidade de Porto Alegre. O título era conhecido por seu declarado apoio ao Império Alemão.

<sup>21</sup> Além de Dunshee, assinavam o projeto Rafael Cabeda, Álvaro Botelho, Valois de Castro, Erasmo de Macedo, Antunes Maciel, Passos de Miranda, Castello Branco, Hossanah de Oliveira e Efigênio Salles.

<sup>22</sup> Ver *Annaes da Câmara dos Deputados* (1918), volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 465. Os artigos que compunham o projeto previam expulsar do país os agentes diplomáticos que tentassem cercear a liberdade de comércio nacional; a anulação de contratos feitos sob constrangimento e pressões exteriores; e a proibição da propaganda de guerra que viesse a prejudicar os interesses econômicos brasileiros.





cio dos países neutros, como de infringirem suas independências políticas, conforme expresso na seguinte passagem:

Considerando que o modo com que se há tentado aplicar aos países neutros, tão livres e soberanos quanto os mais soberanos e mais livres dos que ora pelejam, o decreto do governo britânico, instituindo a lista negra (black list), e destinado naturalmente ao Reino Unido e suas colônias, tem provocado entre nós os mais enérgicos e justos protestos [...] <sup>23</sup>.

O próprio Dunshee de Abranches subiu novamente à tribuna para defender o projeto e tentar convencer os seus colegas parlamentares em aprova-lo. Afirmou que o projeto era uma reação aos atentados contra a soberania nacional causados pelas interferências insistentes dos representantes diplomáticos britânicos, bem como uma resposta aos apelos das firmas brasileiras e estrangeiras, sistematicamente prejudicadas pela Black List. Mas, sobretudo, racionalizava ser aquele uma iniciativa para garantir a expansão econômica brasileira, e garantir seu progresso ininterrupto <sup>24</sup>. Ou seja, novamente, era a alegada defesa dos interesses nacionais contra a contumaz ameaça britânica que impulsionavam Dunshee de Abranches a mover-se nos círculos que frequentava para pronunciar-se sobre a conflagração <sup>25</sup>.

Novamente, percebe-se a preocupação do legislador em articular o seu discurso sobre a guerra a uma ideia de construção nacional. Para Abranches, o Brasil, enquanto nação imberbe, precisava se apoiar nos ombros dos gigantes europeus para alcançar seu lugar na marcha progressista da humanidade. A conflagração, na visão da sua obra, seria a oportunidade para estabelecer o ritmo brasileiro nessa caminhada, estabelecer alianças

<sup>23</sup> Ver *Annaes da Câmara dos Deputados*, *op. cit.*, p. 465.

<sup>24</sup> Abranches, D. (1916). *Ainda a Black List*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

<sup>25</sup> O projeto não foi adiante: novamente cedendo às pressões, e após receber duras críticas tecidas nos jornais da capital, inclusive da Liga Brasileira pelos Aliados, Dunshee de Abranches retirou o projeto da votação na Câmara dos Deputados.



e corrigir erros cometidos. Conquanto os *aliadófilos* apontaram franceses e ingleses como os padrões a serem seguidos, Dunshee voltou seus olhos para os germânicos.

Cabe destacar as estratégias utilizadas pelo deputado para espriar o alcance das suas ideias, e torna-las acessíveis a quem não tinha os Anais da Câmara dos Deputados como livro de cabeceira. Cada gesto político foi transformado em livro e livreto, vendido em livrarias e em depósitos dentro e fora da capital federal. Afinal, Dunshee agia nas tribunas e na tipografia, transitando entre o político e o intelectual. Não era esta uma postura incomum. A intelectualidade brasileira articulava-se como um importante grupo político dentro da sociedade, porém, não exatamente ocupando cargos públicos, caso que se exclui a posição de Abranches. Eram os “escritores-cidadãos”, conforme definiu Nicolau Sevcenko, que acreditavam ter em suas penas as fórmulas para o futuro do país, reiterando políticas governamentais – caso do “bota-abaixo” fluminense -, ou se opondo fervorosamente a elas. Em ambos os casos, atestavam sua categoria de vozes indispensáveis junto ao restante da sociedade, ao mesmo tempo para o convencimento desta e para a representação das suas demandas.

Ao final de 1916, Dunshee de Abranches encaminhou para o prelo seu décimo livro sobre o conflito, “A Ilusão Brasileira”. A publicação consistia numa defesa da manutenção do estado neutral assumido pelo governo brasileiro em 1914, que àquela época soçobrava baixo às pressões econômicas dos Aliados, aos ataques irrestritos dos submarinos alemães e a entrada dos Estados Unidos na guerra. A sociedade brasileira, por sua vez, reagia aos acontecimentos com um debate público a respeito da revogação do decreto n. 11.037/1914. Contudo, o Brasil não era o único latino-americano que àquela altura da conflagração via-se em um impasse. A apreensão diante dos novos acontecimentos trazidos pelo ano de 1917 espalhou-se pela região, suscitando discussões acaloradas acerca da neutralidade man-



tida até então por países como Uruguai, Equador e Argentina<sup>26</sup>. Com este último vizinho, há outras paridades que merecem ser destacadas.

Assim como em terras brasileiras, a intelectualidade portenha dividiu-se entre defensores da campanha aliada e entusiastas dos esforços alemães. Corriam entre os dois lados argumentos também vistos entre os brasileiros que manifestaram suas simpatias aos combatentes. Sobre os pró-germânicos argentinos, María Inéz Tato afirmou em suas análises que as denúncias do imperialismo aliado e das motivações econômicas britânicas na guerra; o combate à representação da Alemanha sob o epíteto da barbárie; e a negação da guerra como resultado de um embate entre *latinos* e *germânicos* eram pressupostos desses discursos. A discordância sobre a neutralidade oficializada pelo governo de Buenos Aires em 1914 resultou numa queda de braço entre *germanófilos* e *aliadófilos*, ambos imputando-se acusações de acusação de agirem contra os interesses nacionais, à semelhança do que ocorreu no Rio de Janeiro<sup>27</sup>. Com os *germanófilos* argentinos, portanto, os argumentos lançados por Dunshee de Abranches ao longo de toda a sua bibliografia sobre o confronto, e refinados ao longo das 384 páginas de “A Ilusão Brasileira” guardam simetrias visíveis<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> Ver Compagnon, *O adeus à Europa, op. cit.*, p. 138.

<sup>27</sup> Sobre o discurso germanófilo argentino, ver Tato, M. (2012). “Contra la corriente. Los intelectuales germanófilos argentinos frente a la Primera Guerra Mundial”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* n° 49 (pp. 205-223). Köln/Weimar/Wien.

<sup>28</sup> A afinidade dos discursos não é mera coincidência. O historiador alemão Stefan Rinke atestou o direcionamento de propaganda tanto aliada, quanto germânica em direção aos países neutros da América Latina. Ambos, segundo o autor, tinham objetivos diferentes: enquanto a coligação liderada por França e Inglaterra pretendia atrair os latino-americanos como participantes do conflito, os alemães esforçavam-se por mantê-los neutros. Os argumentos identificados pelo historiador como pertencentes ao discurso propagandístico da Entente assemelham-se às alegações da Liga Brasileira pelos Aliados e também às denúncias de Dunshee: a representação de uma luta maniqueísta que se desenrolava nas trincheiras, e o uso da invasão da Bélgica como prova da “barbárie” inerente aos germânicos. Da mesma forma, María Inéz Tato afirmou partir de Buenos Aires a propaganda bélica germânica direcionada ao Cone Sul, inclusive ao Rio de Janeiro, o que poderia justificar a paridade dos discursos. Ver Tato, M. (2017). “Fighting for a lost cause? The Germanophile News Paper La Unión in Neutral Argentina, 1914-1918”. *War in History* v. 24 (pp. 1-21). Essex, pp. 7-9.



Para o autor, abandonar a neutralidade instituída pelo presidente Hermes da Fonseca em favor de França e Inglaterra, seria caminhar em direção à boca do lobo. No panorama edificado por Dunshee das relações travadas com o Brasil, a antiga colônia de Portugal sempre teve seus interesses menosprezados por aqueles dois países. No que diz respeito aos ingleses, a acusação feita foi mais grave: mais do que negligência, havia uma intenção real de prejudicar o desenvolvimento brasileiro. Assim o afirma:

Efetivamente, a Inglaterra, mesmo agora, através de todos os apuros que, com os seus aliados, está sofrendo nessa horrenda peleja, tem continuado a ter para com os nossos homens e os nossos negócios a mesma política dura, desdenhosa e absorvente que jamais alterara em face do Brasil Colônia e do Brasil Império, como do Brasil República. E essa política [...] não visa outro escopo, desde a primeira hora do atual conflito, a não ser levar-nos por uma série de pressões cada qual mais cruel e aviltante, a quebrarmos a nossa neutralidade e cavarmos para sempre a nossa ruína econômica, política e financeira no continente<sup>29</sup>.

O deputado interpretava a suspensão da neutralidade brasileira como o resultado previsto por uma armadilha engenhosamente elaborada pelos britânicos, o desdobramento de uma conduta histórica predatória em relação ao Brasil. A série de pressões sobre o governo de Wenceslau Brás, acima referidas, são definidas em exatos 8 tipos: a pressão econômica; a pressão financeira; a pressão comercial; a pressão diplomática; a pressão naval; a pressão política; e a pressão moral. Todas foram orquestradas, segundo o autor, por agentes diplomáticos e financeiros britânicos, auxiliados com maestria por dedicados *aliadófilos*, a quem acusava de anti-patriotismo, presentes tanto em setores da sociedade brasileira - sobretudo na imprensa - quanto no governo.

Para Dunshee, esses atores teriam agido em conjunto com a intenção de influenciar a opinião pública em favor da Entente e, assim, facilitar a mudança do posicionamento oficial brasileiro na guerra. A estratégia para

<sup>29</sup> Abranches, *A Ilusão Brasileira*, op. cit., p. 170.



atingir tal propósito, conforme descrito no livro, envolvia a difamação pública da Alemanha diante do Brasil e dos demais países neutros, manipulando acontecimentos decorrentes do conflito. Uma cruzada afrontosa que, segundo o autor, já fora perpetrada por ingleses e franceses em ocasiões anteriores, ao perceberem seus interesses econômicos e políticos ameaçados por outros concorrentes. Era esta uma clara resposta de Abranches às acusações de *barbárie* que pesavam contra os germânicos, sobretudo no concernente à invasão da Bélgica. Dedicando-se especificamente a este assunto, Dunshee afirmava que os acontecimentos desdobrados no reino de Leopoldo II, na realidade, eram fruto da propaganda franco-britânica para ludibriar os neutros, distorcendo um ato de pura estratégia militar em invenções literárias. O autor insistiu que as acusações de destruições de prédios religiosos e agressões contra a população civil eram, na verdade, extrações do livro do escritor britânico Arthur Conan Doyle, “Os crimes do Congo Belga”, fantasiosas, a seu ver, diante da disciplina com que eram conduzidas as tropas germânicas. Escreveu:

Surgiram então as barbaridades alemãs. Os exércitos de Guilherme II, fortes pela disciplina, pelo preparo técnico e, acima de tudo, pela cultura individual do soldado, passaram a ser descritos como cortes sanguissedentas desordenadas [...]. Ao ler, todavia, os primeiros despachos, em que as agências telegráficas aliadas, monopolizadoras dos cabos entre o Velho Continente e o novo, anunciaram essa serie hedionda de atentados atribuídos às tropas do Kaiser, não deixou de haver, com certeza, quem, como nós se recordasse de haver já tido conhecimento de delitos semelhantes imputados aos próprios belgas quando, sob pretexto de assistência moral e material aos habitantes do Congo, acabaram por implantar, nessa vastíssima região africana, [ocorreu] o que o cônsul inglês Casement chamou de a mais monstruosa escravidão de que houve até hoje notícia, na história da humanidade. Recordamo-nos então de que, quando estivemos em França, em 1909, era a nota sensacional do dia, interessando a todos os escritores e servindo de tema aos mais ardentes protestos [...] a versão francesa então divulgada do famoso livro do ilustre escritor inglês, A. Conan Doyle – O Crime do Congo [...]. As descrições dos atentados, atribuídos às tropas alemãs pelas agências telegráficas aliadas, não eram, as mais das vezes, senão cópias servis de trechos do livro do eminente escritor e filantropo inglês acima citado<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> *Ibid.*, pp. 175-178.

Conforme visto no trecho acima, as diferentes formas de interferência aliada nos meios de comunicação americanos e brasileiros, em específico, foram argumentos usados a larga por Dunshee para desqualificar toda e qualquer acusação que pesava na época contra os alemães. A dificuldade de acesso imposta pelos Aliados aos veículos de informação teutas, e o monopólio da informação exercido pelas agências telegráficas franco-inglesas foram algumas das estratégias apontadas pelo deputado para que fosse construída uma narrativa maquiavélica da guerra, tendo por vilões os germânicos<sup>31</sup>. No caso do Brasil, as acusações foram além, denunciando a compra de jornais publicados na capital federal por banqueiros e capitalistas franceses e ingleses, chamados pelo autor de “sindicato de guerra”. Categoricamente, declarou:

Disponha-se esse sindicato a comprar um certo número de jornais, publicados no Brasil, e, procurando envolver-nos na contenda europeia, apoderar-se das nossas principais fontes de riquezas por uma série de concessões já feitas e por outras que viesse facilmente obter. Sob esse pensamento, já concorrera então com mil e quinhentos contos, conforme se afirmava, afim de saldar um débito avultado da mais antiga das nossas folhas em circulação<sup>32</sup>.

Para Dunshee, a campanha de difamação contra a Alemanha em terras brasileiras incluía ainda a divulgação do chamado “perigo alemão”. A ameaça de tomada de parte do território do Brasil pelos imigrantes germânicos, largamente veiculada ao final de 1916 pelos partidários dos Aliados, nas palavras do deputado não passava de uma acusação fútil contra aquelas colônias<sup>33</sup>. No seu texto, afirmou não haver qualquer prova de uma

<sup>31</sup> Em 1914, os esforços de guerra ingleses cortaram os cabos telegráficos submarinos que permitiam às agências de notícias alemãs comunicarem-se com as Américas, o que facilitou, de fato, a veiculação de propaganda aliada naquelas regiões.

<sup>32</sup> Abranches, *A Ilusão Brasileira*, p. 335.

<sup>33</sup> A possível ameaça de ocupação por parte do território brasileiro por imigrantes teutos não surgiu no contexto da Grande Guerra. Ao final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, intelectuais brasileiros refletiram sobre o assunto e demonstraram sua preocupação sobre a possibilidade do “perigo alemão” se concretizar. O crítico literário Sílvio



ambição do Reich nesse sentido, expondo diversas ocasiões nas quais, segundo sua versão, o governo de Berlim opôs-se a melindrar os brios nacionais brasileiros, ou tomar atitudes que soassem imperialistas aos ouvidos do país. Para o autor tampouco haveria inclinação dos colonos alemães para se apoderarem de parte do território da República. Contra as acusações de isolamento dos imigrantes teutos e seus descendentes ao restante da comunidade nacional, Dunshee argumentava haver um notório comprometimento com os interesses do país escolhido como destino, tendo ocorrido às necessidades brasileiras em inúmeras ocasiões, como na Guerra do Paraguai<sup>34</sup>.

O deputado buscava assim confirmar a existência de profundos laços de amizade a ligar a Alemanha e o Brasil, amizade esta já defendida desde o discurso na Câmara, em 1914. Para Dunshee, o Reich guiava-se pela justiça e igualdade no trato com o governo brasileiro, até mesmo em ocasiões de atritos diplomáticos, comportamento este que o autor esforça-se por contrapor às demonstrações imperialistas de Londres em face das necessidades brasileiras<sup>35</sup>. O Império aparece também na obra como um imprescindível parceiro comercial da República, e uma influência indispensável ao desenvolvimento intelectual da nação. Tamanha relevância só

Romero, por exemplo, tratou do assunto em dois livros intitulados “O alemanismo no sul do Brasil” e “O Elemento Português”. Durante a guerra, foi publicado sob os auspícios da intelectualidade aliadófila fluminense o livro “O plano pangermanista desmascarado”, do jornalista francês André Chéradame. Com prefácio de Graça Aranha e selo da editora Garnier - uma das mais eminentes da capital federal - a obra teve considerável circulação na época.

<sup>34</sup> Abranches, *A Ilusão Brasileira*, pp. 373-375.

<sup>35</sup> Aqui, Dunshee de Abranches referiu-se ao “caso Panther”, que causou um inconveniente diplomático entre Brasil e Alemanha. Em novembro de 1905, a busca por um desertor alemão em solo brasileiro, feita sem aviso prévio por militares germânicos a bordo da canhoneira *Panther*, levou o ministro brasileiro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, a exigir energicamente a entrega do suposto prisioneiro às autoridades da República. O caso ganhou repercussão nacional, e a iniciativa de Rio Branco foi amplamente defendida por setores da sociedade brasileira, e mesmo internacionalmente. O impasse teve fim em janeiro de 1906, com a nota do ministro plenipotenciário alemão ao governo brasileiro, escusando-se de ofensas contra o Brasil, atestando que o fugitivo não havia sido preso e que os responsáveis pelo incidente seriam exemplarmente punidos.



teria sido percebida no Brasil a partir dos entraves causados pelas imposições britânicas às relações teuto-brasileiras, segundo o entendimento do autor. Para ele

O bloqueio inglês, entretanto, separando-nos quase inteiramente do tráfico assíduo com os portos alemães, teve ainda entre nós essa vantagem para grande império central da Europa: deu-nos a certeza de que, não só sob o ponto de vista mercantil, agrícola e industrial, tudo nos vinha do Reno, como também, relativamente o cultivo do espírito, era nos grandes centros mentais da Alemanha que íamos buscar o que de mais precioso e indispensável carecíamos para a nossa vida mental<sup>36</sup>.

Se havia amizade entre os dois países, havia certamente disparidade nessa relação. A exposição feita por Dunshee de Abranches em “A Ilusão Brasileira” torna evidente a percepção do autor a respeito dos ganhos inestimáveis a serem adquiridos pelo país sul-americano caso estreitasse os vínculos com a terra dos Hohenzollern. Admirador da evolução política e econômica da Alemanha, e da sua ascensão dentro da geopolítica mundial, o deputado acreditava ter o Reich relevantes lições a ensinar ao Brasil, devendo este adotar a organização político-social dos germânicos como paradigma para o seu próprio progresso, refletindo a preocupação corrente entre a intelectualidade do período em decidir a respeito dos rumos futuros da nação. Dessa forma, certamente, acreditava Dunshee, o país seria o principal prejudicado caso renunciasse ao que acreditava ser tão profícuo parceiro, em prol de países que lhe vilipendiavam.

Todos os esforços de Dunshee de Abranches, contudo, não tiveram o fim esperado. Em maio de 1917, entrava para votação na Câmara dos Deputados o projeto para suspensão da neutralidade brasileira em favor dos Estados Unidos. Justificando seu voto contra o projeto, afirmou o deputado:

<sup>36</sup> Abranches, *A Ilusão Brasileira*, p. 354.





Em vez de uma arma de defesa como se supõe, constituirá ele, feito lei, para a nossa Pátria, uma declaração de guerra que lhe poremos nos lábios. E, como guerreiro, de sacrifício em sacrífico, o Brasil terá de ir até o tributo de sangue nos campos de batalha além-mar. E, um dia, ao querer voltar a ser, cheio de desilusões e mutilado talvez, o arauto magnânimo da concórdia e da confraternização do Continente, não faltará quem injustamente o acuse a ser uma ameaça perene aos mais fracos como comparsa fácil dos mais fortes e o pregoeiro agorento da paz armada na América do Sul<sup>37</sup>.

As previsões de Dunshee de Abranches não demoraram a se concretizarem, ao menos parcialmente. Ao final do mês de outubro de 1917, após o torpedeamento do vapor “Macau” por submarinos teutos, o Brasil declarava guerra ao Império Alemão. Com esse gesto, tornava-se o único país sul-americano beligerante na Grande Guerra.

### Conclusão

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil enfrentava um processo de intensa transformação política e social. O advento da República, com suas promessas de melhorias nos diferentes planos da vida nacional, era anunciado como o despertar de um novo tempo para o país. Urgia-se em transformar em passado a monarquia e a escravização dos povos negros, distanciando o recém-fundado regime do atraso crônico associado aos tempos dos imperadores Bragança.

Ansiosas para conectarem-se com o progresso apregoado na inauguração do novo século, as elites brasileiras incorporaram a modernidade nas suas práticas políticas e sociais. A modernidade tão desejada veio para as terras ao sul do Equador embaladas num invólucro europeu e indissociável da ideia de civilização. Para mirar-se no espelho da civilidade tal qual era vendida por franceses, ingleses, alemães e, em menor grau, estadunidenses, aquelas elites intensificaram o projeto de apagamento das culturas

<sup>37</sup> *Annaes da Câmara dos Deputados* (1917), volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 669.



africanas e indígenas, da mestiçagem que dava o tom da sociedade brasileira pós-diaspórica. Em pleno momento de reformas urbanísticas, adoção de novos hábitos e costumes, e lutas pelo exercício da cidadania, veio a guerra para abalar, ou reforçar, as convicções do país.

Seguiram-se à surpresa inicial, os debates e as reflexões sobre o conflito que colocara em rota de colisão as principais potências da época. Jamais se pode afirmar que brasileiros e brasileiras ficaram indiferentes ao conflito: absorvendo-os de diferentes formas, externaram suas compreensões sobre os embates das trincheiras, fazendo uso dos mais diversos meios disponíveis. Na imprensa, nas manifestações populares, nas páginas dos livros, a guerra foi pensada, repensada e alvo de constantes disputas, para diferentes fins.

Por certo, *aliadófilos* e *germanófilos* protagonizaram as discussões a respeito dos eventos sucedâneos ao atentado de Sarajevo. Elegendo França e Grã-Bretanha como suas campeãs, os *aliadófilos* estavam em maior número na capital federal, que enfrentava uma metamorfose urbana aos moldes parisienses e sempre pagara tributos às expressões culturais francesas. Isto não significou que os *germanófilos* tenham sido menos relevantes, ou menos aguerridos, na defesa pública dos seus posicionamentos. E tiveram na figura de Dunshee de Abranches um exemplo das enérgicas ações tomadas pelos partidários do Reich.

Deputado federal pelo estado do Maranhão, produziu vasta bibliografia sobre a guerra. Sua proposta inicial consistia em apresentar uma análise baseada exclusivamente no seu dever patriótico para com o Brasil, buscando extrair dos conflitos desenrolados no outro lado do Atlântico lições para o progresso do país. Uniram-se nessa premissa o homem de letras, presidente fundador da Associação Brasileira de Imprensa, e o político, ambos desejosos por angariar capital político, notoriedade e influenciar decisivamente a sociedade na elaboração da sua opinião sobre a guerra.



Dunshee agia de acordo com a missão encarnada pela intelectualidade brasileira à época, ou seja, a de guiar os passos da sociedade brasileira rumo ao futuro, imbuído de contumaz discurso nacionalista. No entanto, por trás do declarado patriotismo, estava a admiração contumaz pela Alemanha, e uma defesa apaixonada deste país no quadriênio 1914-1918.

A fala construída pelo deputado na sua bibliografia sobre a guerra serve-se de diferentes formas para apresentar o Império Alemão aos seus leitores, e, da mesma maneira, sensibilizá-los para a sua causa. A Alemanha como vítima das maquinações franco-inglesas para exterminar sua mais impertinente concorrente nos mercados internacionais, caluniada por esforços de propaganda e levada a uma guerra de razões puramente comerciais foi uma das maneiras com que Dunshee empreendeu sua defesa do Reich.

O apelo ao senso de justiça de brasileiros e brasileiras foi incrementado pela edificação da Alemanha como aliada para as ambições político e econômicas do Brasil, além de modelo para o seu progresso. Tecia longos elogios às organizações políticas, sociais e econômicas dos alemães, desde a sua unificação, passando por todo o processo que os alçaram a uma das potências europeias, afirmando sem rodeios que era este o exemplo a ser mirado pelo Brasil caso almejasse ter destino igual. Por outro lado, apontando a Grã-Bretanha como a grande responsável pela guerra que se desenrolava, Dunshee de Abranches não se furtou em também lhe dar o epíteto de inimiga história da evolução econômica do Brasil, a quem prejudicava sempre que possível em demonstrações de imperialismo. Na sua interpretação dos fatos, o deputado opunha constantemente a conduta britânica com a germânica, cortês e justa nos seus gestos com o Brasil.

As argumentações empreendidas por Dunshee de Abranches encontram eco nos *germanófilos* presentes em outras partes da América Latina. A vitimização da Alemanha frente aos seus opositores, alvo de uma fala-



ciosa campanha de difamação frente aos neutros, orquestrada pelos órgãos de propaganda aliados, junto à representação da Inglaterra como uma inimiga do desenvolvimento nacional, foram alegações feitas por outros intelectuais latino-americanos, cada qual dentro do seu variado contexto. Quando o cerco dos beligerantes fechou-se sobre aqueles países, tornou-se, da mesma forma, corrente entre os apoiadores da Alemanha defenderem a manutenção da neutralidade dos seus respectivos Estados<sup>38</sup>. Tais fatos são fortes indicativos que a Grande Guerra não passou ao largo da América Latina, como por muitos anos se afirmou.

Ausente do teatro das batalhas campais, a região sofreu efeitos diretos e indiretos da conflagração. De início percebida como um assunto europeu, aos poucos a guerra foi ganhando o cotidiano dos latino-americanos, incorporada às preocupações nacionais, e servindo como mote para a reflexão acerca de diversos aspectos das suas múltiplas realidades: suas estruturas políticas, econômicas e sociais; suas funções na geopolítica americana e mundial; seus modelos culturais; suas identidades, tal qual Dunshee de Abranches buscou empreender. A guerra deixou marcas naquelas sociedades, tal qual deixara em diversas outras fora do Velho Continente.

Em suma, entender os impactos e desdobramentos da Grande Guerra na América Latina é propor-se a compreender um acontecimento que ganhou não impunemente o nome de “mundial”. Os abalos que provocou escaparam pelas fronteiras nacionais. Conforme afirmou Jay Winter, a melhor forma de se refletir acerca do fenômeno da Primeira Guerra Mundial é admitir a heterogeneidade dos seus atores e transnacionalidade dos seus eventos.

<sup>38</sup> Ver Tato, “Fighting for a lost cause?”, *op. cit.*



## Bibliografia

*A Noite* (1914). "Ecos e novidades". Rio de Janeiro, 28/9.

Abranches, D. (1914). *Em torno de um discurso: por que devemos ser amigos da Alemanha?* Rio de Janeiro: Tipografia, Litografia e Papelaria de Almeida Marques & C.

Abranches, D. (1915). *A conflagração europeia e suas causas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio.

Abranches, D. (1916). *Ainda a Black List*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Abranches, D. (1917). *A Alemanha e a Paz*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild.

Abranches, D. (1917). *A ilusão brasileira*. Rio de Janeiro: D. Abranches Ed.

*Annaes da Câmara dos Deputados* (1917), volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 669.

*Annaes da Câmara dos Deputados* (1918), volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Bello, J. (1972). *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Chickering, R., Förster, S. (2003). *The Shadows of Total War: Europe, East Asia and the United States. 1919-1939*. Cambridge: University Press.

Compagnon, O. (2014). *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco.

Correia, S. (2014). "Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional" *Topoi*. nº 29. (pp. 650-673). Rio de Janeiro.

*Jornal do Comércio* (1914). "A repercussão da guerra no Brasil". Rio de Janeiro, 5/8.

*Jornal do Comércio* (1915). "A Liga Brasileira pelos Aliados". Rio de Janeiro, 18/3.



Needell, J. (1993). *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Nora, P. (1996). “Por uma ciência das obras” em Nora, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (pp. 53-89). São Paulo: Papirus.

*O Imparcial* (1914). “O gesto do Sr. Dunshee”. Rio de Janeiro, 28/9.

Pires, L. (2013). *Intelectuais nas trincheiras: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial*. Dissertação de mestrado em História Política. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rinke, S. (2015). “Propaganda War” em *1914-1918 online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/propaganda\\_war\\_latin\\_america](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/propaganda_war_latin_america). [visitado junho de 2018]

Santos, A. (1986). “História, memória, nação: propondo questões”. *Revista Tempo Brasileiro* (pp. 5-13) v. 87. São Paulo.

Schwarcz, L. (Org.) (2012). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Sevcenko, N. (1983). *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

Sirinelli, J. (1997). “Os intelectuais” em Rémond, René (Org.). *Por uma história política* (p. 231-269). Rio de Janeiro: FGV.

Sodré, N. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.

Tato, M. (2012). “Contra la corriente. Los intelectuales germanófilos argentinos frente a la Primera Guerra Mundial”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* nº 49 (pp. 205-223). Köln/Weimar/Wien.

Tato, M. (2017). “Fighting for a lost cause? The Germanophile News Paper La Unión in Neutral Argentina, 1914-1918”. *War in History* v. 24 (pp. 1-21). Essex.

Winter, J. (2014). “The Great War in Transnational Perspective” em



*National WWI Museum and Memorial*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGlqGy1AEZI> [visitado julho de 2017]

Vinhosa, F. (1990). *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB.

